



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHOR PREGOEIRO, SENHOR SUPERINTENDENTE, DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.

LIDER INCORPORADORA E ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.416.147/0001-08, com sede na Avenida Brasil, nº 13, sala 03, 1º andar, Bairro CPA 02, Cuiabá – MT, CEP 78055-508 representada neste ato por neste ato representada pelo Sr. JHONNY ARMANDO VACA SARAIVA brasileiro naturalizado, divorciado, engenheiro civil, com inscrição no CREA/MT nº 08828/D, representada por seu advogado ao final firmados, instrumento de procuração e substabelecimento que ora se junta, com endereço profissional localizado à Rua Itapeuru Mirim, nº 05, quadra 13, Bairro CPA01 – Cuiabá –MT CEP 78055-230, local onde recebem as comunicações de estilo, com endereços eletrônicos: antoniofernandes.advmt@gmail.com, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência APRESENTAR

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra decisão que inabilitou a empresa **LIDER INCORPORADORA E ENGENHARIA EIRELI** para o certame de TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 504/2020, que tem como Contratação de Empresa Especializada para execução de obra de construção de ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA DE ALMEIDA no Município de Diamantino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, afim de atender a demanda da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT



DOS FATOS – QUANTO A INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

O Edital referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 504/2020, apresenta requisito para HABILITAÇÃO – REGULARIDADE FISCAL, ITENS 7.9.7 e 7.9.10, ou seja apresentação de apresentação de certidão ou declaração negativas de débitos junto ao fisco da Prefeitura Municipal de Diamantino – MT e Certidão negativa emitida pelo TCU, logo em desconformidade com a Lei 8666/93, o edital inovou ao solicitar tais documentos, o que resultou na Inabilitação do Recorrente, vejamos:

7.9.7 - Certidão Negativa de Tributos Municipais fornecida pela Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, incluindo Dívida Ativa, ou em substituição a essa certidão poderá ser feita (simples) declaração de que o licitante não possui débitos perante o fisco da Prefeitura de Diamantino-MT;

(...)

7.9.10 - Certidão Negativa de Inidoneidade de Pessoa Jurídica emitida pelo TCU (Tribunal de Contas da União), referente a licitantes inidôneos disponível no endereço: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>.

O Edital deve seguir o que diz a Lei nº 8666/93, em seu artigo 27, IV, quanto a Habilitação Fiscal do Licitante, sendo o artigo 29 da citada lei, ser o responsável pelo rol taxativo e necessário para habilitação, vejamos:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

O artigo supra citado é taxativo, quanto ao rol de documentos, portanto tais elementos constituem *numerus clausus*. Em outras palavras: a relação de documentos constantes no artigo 29 da Lei 8666/93 é, portanto, taxativa, consubstanciando-se em ilegalidade a exigência editalícia que a extrapole, ou seja a Inabilitação da Empresa **LIDER INCORPORADORA E ENGENHARIA EIRELI**, com base na ausência das apresentações das certidões contidas no presente Edital elencada nos ITEM 7.9.7 e 79.10, faz parte de uma inovação, portando não consubstancia com a Lei 8666-93, no tocante, sendo ilegal sua exigência para fins de habilitação em licitações.

Não é outro o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), proferido no Acórdão nº 991/2006 - Plenário:

“Voto: (...) 4. Além disso, para habilitação de interessado em participar de licitação só pode ser exigida a documentação exaustivamente enumerada nos art. 27 a 31 da Lei de Licitações e Contratos...”.
TCU. Acórdão 991/06. Órgão Julgador: Plenário. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. DOU: 26/06/06.

A Lei nº 8.666/93 não contempla, no que tange aos requisitos habilitatórios, qualquer documento alusivo a certidões emitidas por órgãos de controle ou de cadastros unificados, a exemplo da certidão do Tribunal de Contas da União (TCU) ou declaração negativas de débitos junto ao fisco da Prefeitura Municipal de Diamantino – MT.

A Corte de Contas Federal disponibiliza em seu site a possibilidade de emissão de dois tipos de certidão: a Certidão de Nada Consta, ou a Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares. Neste sentido, é imperioso transcrever o que o TCU informa:



Tendo em vista grande número solicitações de emissão de certidões de nada consta para pessoas jurídicas para participação em licitações ou renovação de contratos, deve-se esclarecer que a exigência de apresentação de Certidão de Nada Consta do TCU para receber faturas, emissão de empenhos, ou participação em licitações ou pregões não guarda respaldo legal. O que os órgãos públicos devem verificar é se a empresa está na Lista de Licitantes Inidôneos publicada pelo Tribunal de Contas da União - TCU, o que não se confunde com Certidão de Nada Consta. A lista de licitantes inidôneos poderá ser acessada em www.tcu.gov.br => Serviços e consultas => Certidões => Lista de licitantes inidôneos.

Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/emissao-de-certidoes.htm>. Acesso em: 29/01/2018.

Portanto, a exigência de documentos para fins de habilitação em licitações públicas (ou para fins de contratação direta via Credenciamento de interessados) deverá embasar-se no rol contido nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, de modo que as exigências aludidas como exemplo **não encontram embasamento nos referidos mandamentos, devendo ser consideradas ilegais.**

“A Administração não deve formular, em habilitação, exigência as que não estejam expressamente autorizadas no artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93” NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 395.

Diante de todo o exposto, a exigência de certidões não contempladas nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, a exemplo das certidões do TCU, CEIS, CNJ e CADIN é ilegal, haja vista o rol elencado nestes dispositivos ser taxativo.

Conquanto, qualquer exigência editalícia neste sentido carece de legitimidade, além de restringir o caráter competitivo do certame e reduzir o universo de interessados em contratar com a Administração Pública, sob pena, ainda, de eventuais questionamentos por parte dos órgãos de controle.

Demais disso, também vão de encontro ao que estabelece a Constituição da República, em seu art. 37, inc. XXI, no sentido de que extrapolam as premissas nele contidas, na medida



em que somente se “permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

O dever de diligência é defendido pelo Tribunal de Contas da União em inúmeros de seus julgados. No Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário, ele já decidiu que:

“irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência”.

As licitações públicas pautam-se num conjunto de formalidades, que devem ser observadas, quando pautadas na legislação em vigor, desconsiderar qualquer formalidade desses processos é ferir a lei, além do que se observaria a mácula ao Princípio da ilegalidade, acima tratado.

Diante das circunstâncias, o Pregoeiro não poderia abrir mão do interesse público amparado por documentos não exigidos em lei. Estaria dessa forma, impondo o interesse privado sobre o público ao criar um benefício não previsto na Lei nº 8666/93.

Esse douto Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio, não pode e nem deve descumprir as regras da LEI nº 8666/93, tendo o mesmo se atar estritamente a LEI.

Os princípios garantem que uma licitação posta ou instaurada vá até o final com a Administração Pública e os particulares licitantes, envolvidos nesse procedimento, sabendo o que vai e como vai acontecer a cada instante.

Não se podem imaginar surpresas dentro do procedimento licitatório. A única surpresa é a proposta, até sua abertura. Fora dessa hipóteses a Administração Pública esta obrigada a atender estritamente aquilo que esta estabelecido na LEI 8666/93.



DOS PEDIDOS

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detida e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a HABILITAÇÃO da empresa **LIDER INCORPORADORA E ENGENHARIA EIRELI**, uma vez que a Lei nº 8666/93 não permite inovação, e seja declarada Recorrente habilitada no TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2020 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 504/2020, que tem como Contratação de Empresa Especializada para execução de obra de construção de ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA DE ALMEIDA da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT

Termos em que pede e espera deferimento.

Cuiabá, 17 de junho de 2020.


LIDER INCORPORADORA E ENGENHARIA EIRELI
CNPJ sob o nº 22.416.147/0001-08

Antônio de Lima Fernandes Neto
OAB/MT 21536/O